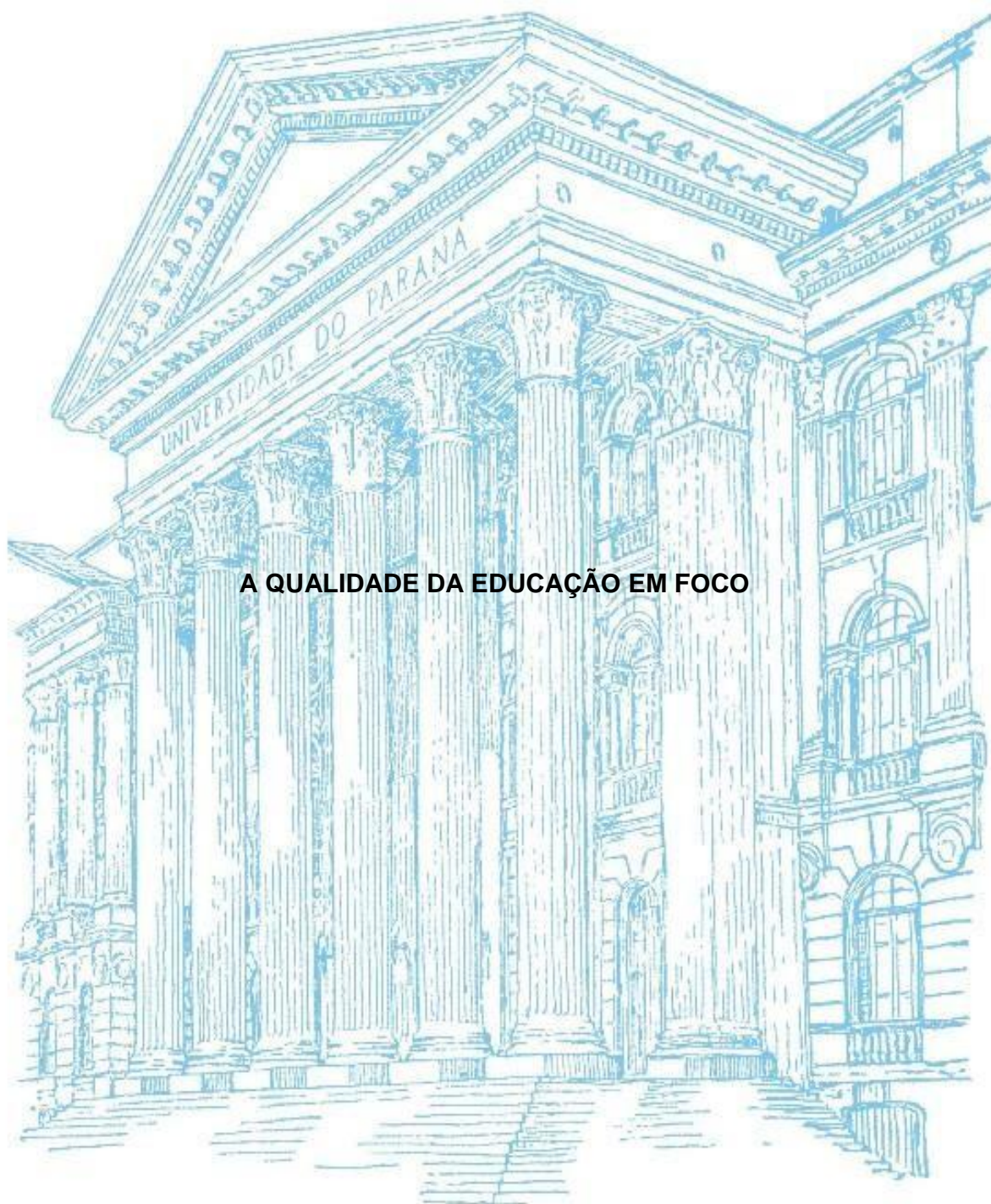


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
MARIA SOLANGE WOLFF MARCINICHEN

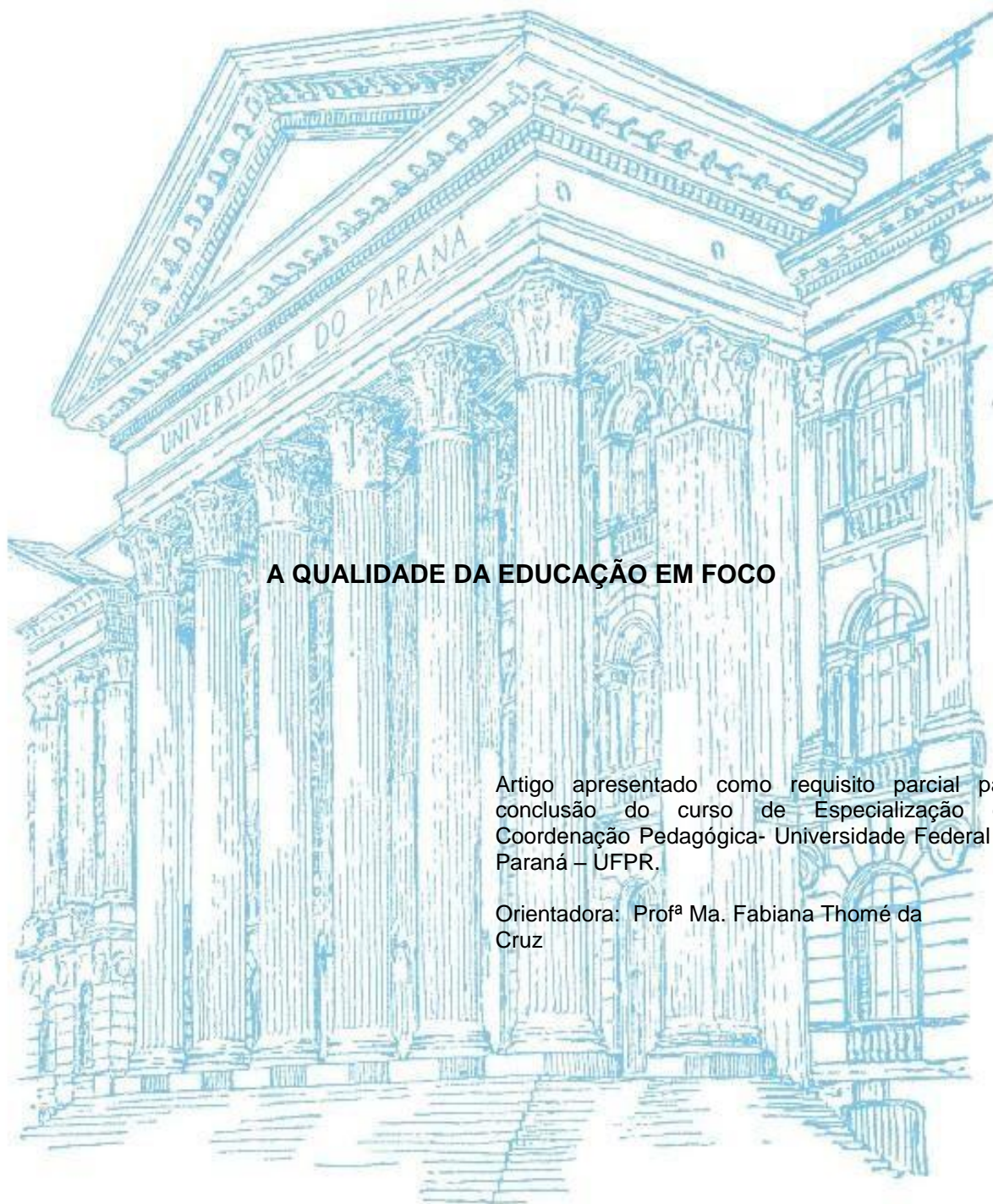


A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM FOCO

CURITIBA

2016

MARIA SOLANGE WOLFF MARCINICHEN



A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM FOCO

Artigo apresentado como requisito parcial para conclusão do curso de Especialização em Coordenação Pedagógica- Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Orientadora: Prof^a Ma. Fabiana Thomé da Cruz

CURITIBA

2016

A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM FOCO

MARCINICHEN, Maria Solange Wolff ¹

RESUMO

Atualmente, muito se fala em Acesso, Permanência e Sucesso na Escola. Porém, pode-se perceber que o Brasil ainda apresenta dados precários em relação à escolarização da população ao se considerar a totalidade dos brasileiros. Apesar de ocorrer um decréscimo percentual em relação aos analfabetos, é preciso considerar que ainda há um número significativo de pessoas que não tiveram acesso à escola ou passam por ela sem adquirirem os rudimentos essenciais de leitura e escrita para poderem se inscrever no rol de pessoas alfabetizadas. Tais questões podem ser percebidas, ainda que consideremos as limitações desses instrumentos, no desempenho dos estudantes nas avaliações de larga escala aplicadas pelo governo federal. Analisando a realidade do município de Antônio Olinto, situado no interior do Paraná, pode-se perceber notável diferença nos resultados dessas avaliações entre as diferentes escolas estaduais. Desse contexto, surgiu a necessidade de se estudar a questão, a fim de compreender o porquê dessas diferenças, onde uma escola, localizada na zona urbana, com bom espaço físico e excelente estrutura, apresenta resultados inferiores às escolas do interior do município, onde há maior precariedade de condições estruturais. Que fatores podem estar convergindo para tais resultados, para além das condições físicoestruturais, que não parecem ser determinantes nesse caso? Esta questão instigou o presente estudo, que levantou alguns indícios surpreendentes.

Palavras- chave: Qualidade da Educação. Acesso, Permanência e Sucesso Escolar.

¹ Artigo produzido pela cursista Maria Solange Wolff Marcinichen, do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, Email: sol.marci@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, muito tem se falado sobre qualidade da educação. É bastante comum nos depararmos com discursos saudosistas que afirmam que antigamente a escola tinha mais qualidade, pois hoje, algumas políticas educacionais implementadas contribuem para que a escola deixe de cumprir a função de ensinar.

Porém, é necessário frisar que tais discursos, mesmo não estando totalmente incorretos, não analisam a educação escolar em todos os seus aspectos, visto que não consideram a totalidade das ações educacionais existentes, tanto em relação ao contexto externo, como os condicionantes existentes na realidade social, quanto ao contexto interno do sistema educacional, seja em nível de políticas educacionais ou da organização e gestão do processo educativo nas unidades escolares.

Talvez esse fato aconteça por não haver um conceito de qualidade da educação e do ensino que consiga destacar a totalidade de aspectos que devem ser considerados, quando se trata de questão tão importante e é esse fator que será levado em conta para a construção deste trabalho.

Fala-se em Acesso, Permanência e Sucesso na escola. Porém, pode-se perceber que o Brasil ainda apresenta dados precários em relação à escolarização da população ao se considerar a totalidade dos brasileiros. Apesar de ocorrer um decréscimo percentual em relação aos analfabetos, é preciso considerar que ainda há um número significativo de pessoas que não tiveram acesso à escola ou passam por ela sem adquirirem os rudimentos essenciais de leitura e escrita para poderem se inscrever no rol de pessoas alfabetizadas.

Para se garantir integralmente o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos que a frequentam, faz-se necessário construir um projeto políticopedagógico comprometido com as necessidades culturais e sociais da população atendida. De nada adianta a escola construir um projeto pedagógico que desconsidera a realidade do aluno e suas necessidades, e que não tem em vista a superação das condições injustas existentes.

A estrutura curricular precisa ser adequada aos objetivos propostos, de modo que a seleção dos conteúdos que serão objeto de trabalho atenda as especificidades dos alunos.

Outro fator muito importante nesse processo é a gestão democrática, uma vez que esta oportuniza aos envolvidos a participação no processo decisório da escola, dado essencial para o sucesso da instituição.

O trabalho pedagógico deve estar pautado na busca por essa qualidade de educação tão almejada por todos. A equipe gestora precisa ter como foco o trabalho organizacional das questões acima enumeradas. Essa intervenção deve ser constante, dada a dinamicidade das relações educativas, e mesmo alcançando determinado patamar de qualidade, ela precisa ser mantida e sempre melhorada, visto que o processo de transformação do conhecimento humano e da sociedade são infindáveis.

Por isso o trabalho da equipe gestora deve ser o de mediação entre a realidade existente e os ideais educacionais defendidos.

Pensando neste conceito, considera-se de grande valia a pesquisa e a reflexão a respeito do assunto, a fim de esclarecer tais questões e realizar uma reflexão mais aprofundada sobre a qualidade da educação, tão almejada atualmente.

Analisando a realidade do município de Antônio Olinto, situado no interior do Paraná, pode-se perceber notável diferença nos resultados das avaliações de larga escala entre as diferentes escolas estaduais. Desse contexto, surgiu a necessidade de se estudar a questão, a fim de compreender o porquê dessas diferenças, onde uma escola, localizada na zona urbana, com bom espaço físico e excelente estrutura, apresenta resultados inferiores às escolas do interior do município, onde há maior precariedade de condições estruturais.

A partir daí, pretende-se analisar os aspectos que norteiam o trabalho nessas escolas, procurando compreender a razão desses resultados.

2. REFLEXÕES SOBRE QUALIDADE E QUALIDADE DE ENSINO

Pensar sobre a qualidade da educação requer que se leve em consideração as diferentes realidades existentes em nosso país, considerando as necessidades e condições concretas presentes nas escolas. Dessa maneira, pode-se inferir que a questão da qualidade de educação não comporta um entendimento linear. Entende-se que a qualidade da educação precisa ser pensada a partir da realidade de onde a educação acontece, tendo em vista os objetivos que se pretende atingir.

Como no Brasil existem diferentes realidades sociais, econômicas e de trabalho, a padronização da qualidade da educação torna-se uma tarefa muito difícil de acontecer.

De um ponto de vista histórico, na educação brasileira, três significados distintos de qualidade foram construídos e circularam simbólica e concretamente na sociedade: um primeiro, condicionado pela oferta limitada de oportunidades de escolarização; um segundo, relacionado à ideia de fluxo, definido como número de alunos que progridem ou não dentro de determinado sistema de ensino; e, finalmente, a ideia de qualidade associada à aferição de desempenho mediante testes em larga escala. (OLIVEIRA e ARAUJO, 2005).

Porém, para entender-se a qualidade da educação que acontece hoje na escola, bem como ter-se a clareza sobre qual é, realmente, o nível de educação que se quer atingir, faz-se necessário uma reflexão sobre a concepção que se tem a respeito da qualidade do ensino.

A discussão acerca da qualidade da educação remete à definição do que se entende por educação. Para alguns, ela se restringe às diferentes etapas de escolarização que se apresentam de modo sistemático por meio do sistema escolar. Para outros, a educação deve ser entendida como espaço múltiplo, que compreende diferentes atores, espaços e dinâmicas formativas, efetivado por meio de processos sistemáticos e assistemáticos. Tal concepção vislumbra as possibilidades e os limites interpostos a essa prática e sua relação de subordinação aos macroprocessos sociais e políticos delineados pelas formas de sociabilidade vigentes. Nessa direção, a educação é entendida como elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas, contribuindo, contraditoriamente, desse modo, para a transformação e a manutenção dessas relações. (DOURADO e OLIVEIRA, 2009).

Segundo Ferreira (1999), um conceito genérico de qualidade é: “Propriedade, atributo ou condição das coisas ou das pessoas que as distingue das outras e lhes determina a natureza. Superioridade, excelência de alguém ou de algo”. (FERREIRA, 1999).

Para ter uma definição precisa sobre a qualidade de educação e da escola, é necessário levar-se em conta uma série de situações entre elas as concepções que se tem de mundo, de sociedade, de ensino.

(...) é fundamental ressaltar que a educação articula-se as diferentes dimensões e espaços da vida social sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas. Isto quer dizer que a educação é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade.

(DOURADO; OLIVEIRA E SANTOS, 2007).

Pensar a qualidade de educação requer muito mais do que a simples utilização de indicadores. Para isso, é necessário que se tenha uma boa compreensão sobre a sociedade e as condições a que está vinculada.

Todos os educadores, principalmente a equipe gestora da escola deve estar muito empenhada, assumindo o papel de articuladores na busca pela qualidade de educação. Conforme Dourado e Oliveira:

Debater tais questões remete à apreensão de um conjunto de determinantes que interferem nesse processo, no âmbito das relações sociais mais amplas, envolvendo questões macroestruturais, como concentração de renda, desigualdade social, educação como direito, entre outras. Envolve igualmente, questões concernentes à análise de sistemas e unidades escolares, bem como ao processo de organização e gestão do trabalho escolar, que implica questões como condições de trabalho, processos de gestão da escola, dinâmica curricular, formação e profissionalização docente. Em outras palavras, é fundamental ressaltar que a educação se articula a diferentes dimensões e espaços da vida social, sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas. A educação, portanto, é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade. (DOURADO e OLIVEIRA, 2009).

Ao discutir a questão da qualidade da Educação, a organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entende “tratar-se de fenômeno complexo e multifacetário a ser compreendido por meio de diversas perspectivas. Nesse sentido, aponta quatro dimensões que compõem a qualidade da educação, quais sejam, pedagógica, cultural, social e financeira”.

2.1. PRINCIPAIS INDICADORES DO ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO

Muitos discursos ainda afirmam que a escola de antigamente era melhor, que os alunos obtinham melhor aprendizado do que apresentam hoje em dia. Indicadores apontam o fim da dificuldade de acesso à escola, pois atualmente há quase a universalização do Ensino Fundamental, deixando de existir então a dificuldade de acesso à educação para todos.

No entanto, pode-se afirmar que tais discursos desconsideram a realidade educacional existente, tanto em relação ao contexto, como os condicionantes existentes na realidade histórico-social, quanto ao contexto interno do sistema de ensino. Tal situação ocorre devido não haver um conceito sobre a qualidade de educação e de ensino bem definido.

Sobre a tese do ensino “para todos”, sabe-se que nossas escolas ainda não garantem essa questão com qualidade. Em muitas delas há dificuldade na questão da acessibilidade, também se enfrenta grandes dificuldades com o trabalho inclusivo em sala de aula, os professores não se sentem preparados para esse trabalho. Dessa forma, acredita-se que a garantia do ensino “para todos” está longe de ser realmente garantido.

Muitos brasileiros não tiveram o direito à educação, garantido pelo poder público, mesmo que este esteja legalmente assegurado.

Por muito tempo a escola brasileira foi um privilégio de poucos. Enquanto em outros países, desde o século XIX, buscou-se oferecer o ensino obrigatório para todos, no Brasil, a conquista da escola para amplas camadas da população ainda é muito recente e começa a se materializar nas últimas décadas do século XX. Mesmo sendo possível afirmar que o Ensino Fundamental foi, praticamente, universalizado, grandes desafios persistem em relação à oferta da Educação Infantil e de Ensino Médio. (VIEIRA, 2009, p. 91).

Considerando-se a totalidade dos brasileiros, pode-se perceber que o Brasil ainda apresenta dados bastante insatisfatórios com relação à escolarização, apesar da maioria da população em idade escolar estar na escola. Dados apresentam um substancial decréscimo percentual em relação aos analfabetos, porém, ainda há grande número de pessoas analfabetas e ainda, há também aqueles que passaram pela escola, porém não adquiriram os rudimentos essenciais de leitura e escrita para poderem ser considerados alfabetizados. A tabela a seguir, apresenta as taxas de analfabetismo existente no Brasil.

TABELA 1 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo - Brasil - 2007/2013 (%)

Por sexo	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Total	10,1	10,0	9,7	8,6	8,7	8,5	8,3
Homens	10,4	10,2	9,8	8,8	9,0	8,8	8,6
Mulheres	9,9	9,8	9,6	8,4	8,4	8,2	7,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2014.

Um dos caminhos que leva a qualidade da educação é o acesso à Educação Básica. Analisando alguns dados é possível perceber que esse direito ainda não está sendo totalmente contemplado. Na Educação Infantil, por exemplo, ainda há um longo caminho a percorrer. Talvez os dados estejam ligados ao fato da Educação Infantil só ter sido inserida recentemente na Educação Básica. Para muitos pais ela é vista como uma entidade filantrópica.

TABELA 2 - Taxa de Frequência à escola ou creche de crianças de 0 a 6 anos de idade – Brasil – 1991/2007 (%)

Ano	Taxa de Frequência à escola ou creche de crianças de 0 a 6 anos de idade
1991	27,5
2001	34,9
2002	36,5
2003	37,7
2004	40,2
2005	40,8
2006	43,0
2007	44,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2014.

Analisando-se os dados, percebe-se uma grande evolução, porém, é possível perceber que a frequência à Educação Infantil ainda hoje não é satisfatória. Há muito o que se melhorar.

No Ensino Fundamental houve um substancial avanço em relação ao acesso das pessoas em idade escolar. É o que pode-se observar na tabela a seguir:

TABELA 3 - Acesso de Pessoas em Idade Escolar ao Ensino Fundamental (%)

	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Total	97,0	97,5	97,6	98,2	98,3	98,4	98,5
Homens	96,8	97,3	97,4	98,1	98,2	98,2	98,4
Mulheres	97,2	97,7	97,8	98,3	98,3	98,7	98,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2014.

Analisando os dados, pode-se inferir que estamos bastante próximos de atingir a totalidade da população em idade escolar. Porém, tais dados não são suficientes para se garantir que a qualidade da educação esteja próxima de ser atingida, pois, conforme cita PARO, é preciso ir muito além do que nos mostram os dados:

Esse “quase”, deixa, a cada ano, sem qualquer contato com o ensino escolarizado, milhões de crianças, filhas de cidadãos brasileiros completamente à margem dos benefícios da civilização que eles ajudam a construir, (...). Em outras palavras, para entender o que há por trás do discurso oficial, é preciso indagar a respeito do que o Estado está oferecendo na quantidade da qual ele tanto se vangloria.

(PARO, 2001, p. 91-92).

Os dados apresentados também não mostram a qualidade do ensino ofertado, ou a evolução que os alunos matriculados apresentam em seus estudos. Ou seja, daqueles que ingressam, quantos permanecem na escola?

Quantos tem sucesso?

Portanto, os indicativos de acesso ainda são insuficientes para garantir-se que a educação, ou os serviços educacionais prestados estão tendo qualidade.

O problema maior ainda, com relação ao acesso, é que grande parte destes jovens que concluem o Ensino Fundamental, não ingressa no Ensino Médio, ou ainda, apesar de um aumento percentual de matrículas no Ensino Médio, ainda não há uma significativa continuidade entre os dois níveis de ensino.

TABELA 4 - Evolução do número de matrículas no ensino médio - Brasil - 2008/2014

Agregação	Ano			Δ% 2008/2014
	2008	2010	2012	
			2014	

Total	8.366.100	8.357.675	8.376.852	8.300.189	-0,8
--------------	------------------	------------------	------------------	------------------	-------------

Urbana	8.113.439	8.068.600	8.054.373	7.963.393	-1,8
Rural	252.661	289.075	322.479	336.796	33,3
Pública	7.395.577	7.369.837	7.310.689	7.229.831	-2,2
Federal	82.033	101.715	126.723	146.613	78,7
Estadual	7.177.377	7.177.019	7.111.741	7.026.734	-2,1
Municipal	136.167	91.103	72.225	56.484	-58,5
Privada	970.523	987.838	1.066.163	1.070.358	10,3

Fonte: MEC/INEP/Deed.

Analizando a questão exposta, a pesquisadora Sofia Lerche Vieira assim se posiciona:

Os números expressam uma situação complexa na medida em que, com a universalização de matrículas no Ensino Fundamental, a tendência seria de extraordinária pressão por um aumento equivalente no Ensino Médio. Não é o que está ocorrendo. Mesmo com o crescimento do Ensino Fundamental, muitos não chegam ao Ensino Médio. Embora 82% dos jovens de 15 a 17 anos estejam na escola, grande parte frequenta o Ensino Fundamental, evidenciando a permanência de expressivos índices de distorção série-idade nesta etapa da Educação Básica. Do ponto de vista da clientela, explicações diversas podem ser aventadas, desde a falta de atratividade da escola para esta população até o ingresso precoce no mundo do trabalho. (VIEIRA, 2009, p. 99).

A garantia do direito à educação não se resume à provisão da matrícula. Devem-se assegurar meios capazes de proporcionar aos educandos condições de permanência, aprendizagem e conclusão, conduzindo assim o aumento do nível de escolarização da população. Nesta direção, apontam os objetivos do PNE (Plano Nacional de Educação) quando destacam a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais quanto ao acesso, à permanência e o sucesso escolar; a democratização da gestão do ensino público e o aumento da escolaridade da população como desafios da educação. As políticas educacionais desempenham um papel fundamental para fazer o país avançar em direção a esses objetivos. Os dirigentes de educação nesse contexto, assumem uma função de destaque, sendo os responsáveis pela gestão da oferta, qualidade e equidade da educação. Como afirma Libâneo:

Uma escola bem organizada e gerida é aquela que cria e assegura condições organizacionais e pedagógico-didáticas que permitam o

bom desempenho dos professores em sala de aula, de modo que todos os seus alunos sejam bem sucedidos em suas aprendizagens. (LIBÂNEO, 2007)

Portanto, a qualidade da educação e da escola se materializa nas aprendizagens dos alunos e para que isso aconteça inúmeros aspectos devem ser considerados.

A educação, além de ser um direito social básico e elementar, representa também o caminho ou a condição necessária que vai permitir o exercício e a conquista do conjunto dos direitos e deveres da cidadania, que se ampliam a cada dia em contrapartida às necessidades do homem e da dignidade humana.

Cury (2006), afirma que “o papel do gestor é o de assumir e liderar a efetivação desse direito no âmbito de suas atribuições”. O autor cita também que a qualidade do ensino, mesmo atendida a universalização da população em idade escolar, será sempre uma meta, seja pelo caráter cumulativo do conhecimento, seja pelas circunstâncias históricas que a condicionam e para as quais ele deve buscar caminhos cada vez mais abertos.

Flach (1989, p. 29) afirma que “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”. De tal conceito pode-se deduzir que, não obstante a educação ser um processo constante na história de todas as sociedades, ela não é a mesma em todos os tempos e em todos os lugares, e se acha vinculada ao projeto de homem e de sociedade que se quer ver emergir através do processo educativo. A Educação pública de qualidade é desafio urgente e que sensibiliza toda a sociedade. Para que isso se concretize, há necessidade de uma concepção educativa, que permeia os processos de gestão pedagógica, desde o órgão gestor da educação no município até as escolas. É em função desses objetivos que devem se estruturar as outras áreas da Educação – administrativa e financeira –, de tal maneira que o ponto de partida e de chegada seja a aprendizagem dos alunos. Sendo assim, o governo criou alguns programas com o objetivo de financiar, melhorar as ações educativas e analisar o rendimento escolar, buscando juntos, o sucesso da educação brasileira.

No entanto, é necessário lembrar que para haver uma educação de qualidade, além das metas estabelecidas, existem outros fatores que devem ser levados em consideração, como por exemplo a valorização dos profissionais de ensino, a infraestrutura das escolas, o número de alunos por turma.

Vale lembrar, por fim, que o dinheiro por si só não é capaz de resolver de forma mágica nenhum dos problemas do ensino. Para que isso aconteça, é preciso garantir a boa gestão do investimento. Sendo assim, pais, alunos, professores e o poder público têm a obrigação de acompanhar a aplicação dos recursos e fiscalizar as contas para garantir que o dinheiro chegue às áreas de maior prioridade.

3. AVALIAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS COMO INSTRUMENTO DE QUALIDADE EDUCACIONAL

Estudiosos da área tem se empenhado em analisar as políticas educacionais empregadas, observando-se o impacto que ocorre na ampliação da qualidade da educação.

Desde 1990, que a cultura da avaliação externa vem se alastrando pelo país. Inicialmente, o governo implantou o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) a fim de obter dados para subsidiar políticas públicas. Alguns estados resolveram implantar seu próprio sistema de avaliação com o objetivo de descobrir mais sobre as necessidades específicas de sua rede.

Sabe-se que a avaliação da aprendizagem deve servir para subsidiar decisões a respeito da aprendizagem dos educandos, tendo em vista garantir a qualidade do resultado que estamos construindo. Ela deve também, servir de

11

base para a tomada de decisões no sentido de construir com os educandos conhecimentos e habilidades necessários a seu desenvolvimento.

Segundo Canen (2001), Gandin (1995) e Luckesi (1996),apud Medel (2013):

A avaliação é um julgamento sobre uma realidade concreta ou sobre uma prática, à luz de critérios claros, estabelecidos prévia ou concomitantemente, para tomada de decisão. Desse modo, três elementos se fazem presentes no ato de avaliar: a realidade ou prática julgada, os padrões de referência, que dão origem aos critérios de julgamento, e o juízo de valor.

No entanto, muitas vezes ocorrem distorções em torno do poder das avaliações. Muitos pais consideram que essas avaliações servem para testar a capacidade de aprender apresentada pelos filhos. Também pode-se observar que

existem gestores que se sentem tentados a treinar os alunos para que se saiam bem. Algumas instituições podem se empenhar tanto em conseguir médias satisfatórias que até arrumam meios de recrutar para os testes somente os alunos que têm melhor desempenho.

As avaliações externas deveriam ser utilizadas para se obter informações úteis que auxiliem a melhora nos rumos da educação, que chequem o plano de ensino, o projeto pedagógico, ou seja, é um olhar de fora para dentro do processo educacional que ocorre nas escolas.

Luckesi afirma que:

[...]a avaliação terá de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser instrumento dialético do avanço, terá de ser um instrumento da identificação de novos rumos. Enfim, terá de ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem

perseguidos"[...] (LUCKESI, 1997, p. 43)

Inicialmente, as avaliações externas eram realizadas a fim de monitorar o funcionamento de redes de ensino e fornecer aos seus gestores subsídios para a formulação de políticas educacionais com focos mais bem definidos em termos dos resultados que, por sua vez, decorreriam das aprendizagens dos alunos.

Com o passar do tempo, analisando-se os resultados das avaliações externas, a discussão aprofundou-se e foram elencados procedimentos estatísticos e educométricos, ressaltando a importância da construção de matrizes de avaliação, a padronização de provas e a interpretação pedagógica de resultados.

Se, de um lado, qualidade não se confunde com desempenho em leitura e resolução de problemas, de outro, esses tópicos não são, de forma nenhuma, estranhos ao processo escolar que se pretenda de qualidade; ao contrário, configuram-se como suporte para todos os outros conhecimentos abordados no processo de escolarização.

(ALAVARSE, BRAVO e MACHADO, 2013)

Ainda em algumas redes públicas os professores recebiam remuneração pelo resultado apresentado pelos alunos, consolidando um tipo de política chamada de responsabilização e incrementando o debate em torno da avaliação educacional.

A necessidade de encarar a avaliação vinculando-a ao desafio da aprendizagem deriva do esforço de desvinculá-la dos mecanismos de aprovação ou

reprovação e, mais importante, destaca-se outra finalidade da avaliação educacional, no que se concentra sua verdadeira dimensão política; pois, numa escola que se pretenda democrática e inclusiva, as práticas avaliativas deveriam se pautar por garantir que, no limite, todos conseguissem aprender.

Com relação ao Ideb, embora, muitas vezes não atrelemos a este sistema de avaliação a qualidade de ensino por não contemplar aspectos relevantes do processo pedagógico, é possível considerar algumas potencialidades no Ideb por conta de duas características: por facilitar uma apreensão, mesmo que parcial, da realidade educacional brasileira e, sobretudo, por articular dois elementos que há muito tempo parecem ser antagônicos: o aumento da aprovação e o aumento do desempenho.

Conforme afirmam os pesquisadores Franco, Bonamino & Alves (2007):

Ainda que a avaliação nacional tenha importantes limitações para a investigação de efeitos causais, é inegável que os dados da avaliação em larga escala oferecem oportunidades ainda ímpar para que se investiguem empiricamente as consequências de políticas e práticas educacionais. (FRANCO, BONAMINO e ALVES, 2007)

Enfim, conclui-se que a avaliação é um processo necessário para o estabelecimento e acompanhamento de metas que se pretende atingir, no entanto, a qualidade da educação e da escola se materializa nas aprendizagens dos alunos e para que isso aconteça inúmeros aspectos devem ser considerados.

4- UMA ANÁLISE SOBRE A REALIDADE LOCAL

O grande desafio da educação na atualidade não se situa mais em assegurar apenas o acesso do aluno à escola, ele vai além, a preocupação é que haja qualidade do ensino ofertado. Sendo assim, o principal objetivo da educação passa a ser a promoção da permanência e da aprendizagem dos alunos, ou seja, assegurar-lhes as condições de sucesso escolar.

A partir da implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação novos rumos começam a ser traçados, em nível de política educacional, para se tentar alcançar níveis de qualidade de ensino mais elevados.

Em 2007 foi criado o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) com o objetivo de avaliar os sistemas de ensino dos estados e municípios e obter uma real compreensão sobre a qualidade do ensino oferecido em cada escola.

Foram estabelecidas metas a serem alcançadas ao longo dos anos. A meta do MEC é que o Brasil atinja até 2021, ano que antecede a comemoração do bicentenário da Independência do Brasil, níveis educacionais de países desenvolvidos, o que corresponde à média 6 para os anos iniciais do Ensino Fundamental Inicial, 5,5 para os anos finais do Ensino Fundamental e 5,2 para o Ensino Médio.

O governo federal, no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) informa que as metas a serem atingidas são diferentes

As metas individuais, calculadas bienalmente de 2007 a 2021, terão o objetivo de fomentar a redução da desigualdade entre as redes e contribuir para o Brasil atingir a meta nacional estabelecida para 2022. As metas intermediárias de cada município e Estado são diferentes. Aqueles com Ideb mais baixo terão que fazer maior esforço para chegar mais próximo da meta nacional. Aqueles com Ideb mais alto deverão superar a meta para o Brasil. Nesse quadro, cada município e estado deve ter um desempenho que, em conjunto, leve o Brasil a atingir a meta nacional proposta e a reduzir a desigualdade entre as redes. (BRASIL, INEP, 2016)

Em relação ao município de Antonio Olinto - PR, verifica-se que os avanços na melhoria da qualidade da educação que resultam no IDEB, ocorrem em pequenas graduações, porém há um significativo avanço a cada etapa. Este pequeno avanço evidencia que as inúmeras mudanças educacionais no financiamento, planos de desenvolvimento e investimentos em todas as etapas da educação, os passos rumo aos índices de primeiro mundo estão a caminho de serem atingidos.

TABELA 5 - IDEB Observado para a 8ª série/9º ano e Metas Projetadas

Município	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ANTONIO OLINTO	3.7	3.8	4.3	4.1	4.8	3.7	3.9	4.1	4.5	4.9	5.2	5.4	5.7

Fonte: INEP

Analisando-se os resultados, é possível observar que as notas alcançadas estão um pouco acima das metas projetadas. Porém ao se comparar o resultado apresentado por cada um dos colégios do município, pode-se perceber que há uma diferença nos resultados alcançados:

TABELA 6 - IDEB Observado para a 8ª série/9º ano e Metas Projetadas – Discriminados por Escola

Escola ↕	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
CAXIAS C E C DQ	3.6	3.9	4.2	4.0	4.7	3.6	3.8	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3	5.6
C EF M			4.8	4.2	5.5			5.0	5.2	5.5	5.8	6.0	6.2
ERNESTI NA W DA EF M													
CECILIA MEIRELE S C E DO													
SILVEIRA E E DO C P EF			4.3	4.2	***			4.4	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8

Fonte: INEP

Os colégios Estaduais do Campo Cecília Meireles e Ernestina W. da Silveira, não participaram de todas as avaliações devido ao número insuficiente de alunos matriculados. Esses colégios situam-se no campo, possuem uma infraestrutura bastante precária, população de nível socioeconômico baixo e sem acesso a cultura. Porém, mesmo com tantos obstáculos, pode-se perceber que o nível de qualidade do aprendizado desses alunos é bastante considerável. Através da tabela observa-se que o colégio Estadual do Campo Cecília Meireles, que se situa a trinta quilômetros do centro da cidade, obteve excelentes resultados no Ideb, inclusive no ano de 2013, foi considerada a melhor nota entre os colégios do Núcleo Regional de União da Vitória.

Este colégio possui 79 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 52 no Ensino Médio, totalizando 131 alunos matriculados. A taxa de evasão é praticamente inexistente. O número de alunos por turma é bastante pequeno, não passa de 25. Tem turma com 13 alunos. Segundo os professores, esse fator facilita muito o trabalho, uma vez que é possível realizar um atendimento individualizado.

O colégio conta com dois projetos -ACCS- Horta Escolar Orgânica, e AETE – Aula Especializada de Treinamento Esportivo.

O projeto da Horta Escolar Orgânica, é atividade de contra turno priorizando alunos do ensino fundamental, conta com 26 alunos, todos esses que participam das aulas teóricas e na prática cultivam a horta do colégio, e nas suas propriedades. Também tem o projeto Hora Treinamento, atividades de futsal atletismo entre outras modalidades, também aos alunos do ensino fundamental.

A Sala de apoio é extensiva, isto é, além dos alunos do 6º e 7º ano, também podem participar alunos do 8º e 9º que estejam em defasagem nos estudos (isso se houver vaga).

Praticamente todos os alunos deste colégio são filhos de pequenos agricultores, que trabalham com o cultivo de feijão, soja e, principalmente fumo. A grande maioria, no período contrário à aula, auxilia os pais na lavoura. Diante dessa realidade local, o colégio procura desenvolver uma prática educacional que leve em conta a realidade do campo, incorporando conteúdos que são trabalhados interdisciplinarmente, bem como realizando palestras tratando de temas que venham de encontro as necessidades do homem do campo. Acredita-se que estes são fatores que contribuem significativamente para o sucesso que a escola apresenta, uma vez que não desvincula-se da realidade local.

A comunidade no geral é muito participativa, estando sempre presentes, procuram acompanhar o desenvolvimento escolar dos filhos.

O Colégio Estadual Duque de Caxias é um colégio que possui uma boa estrutura física. Localiza-se no centro do município. A população atendida possui um nível socioeconômico considerado mais elevado em comparação com os demais colégios. Neste local, é possível se trabalhar usando equipamentos midiáticos, internet, laboratórios... Enfim, as oportunidades de ensino são bem melhores que nos outros dois colégios. Mas, observando o resultado do Ideb, pode-se ver que, mesmo tendo condições bem mais favoráveis que os dois primeiros, o resultado apresentado ficou inferior a estes. No ano de 2011 ficou no limite da nota e, nos outros, um pouco acima, mas nada que mereça destaque.

Conforme afirma Fernandes 2007:

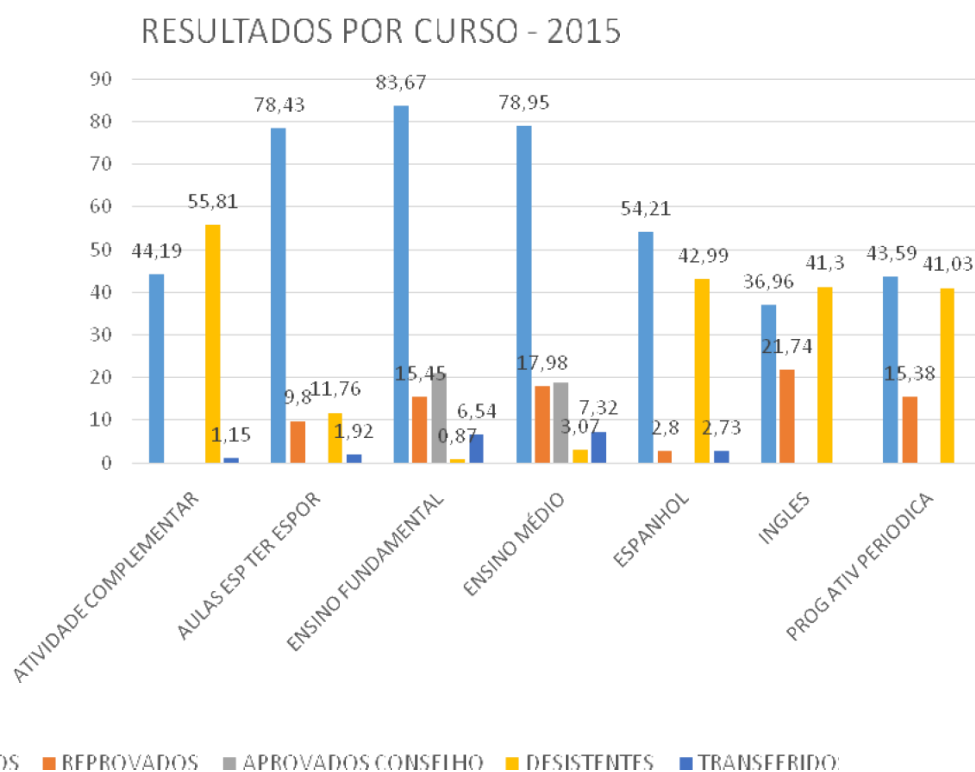
Os motivos que levam o Brasil a apresentar elevadas taxas de retenção escolar têm sido bastante discutidos na literatura e dado margem a uma grande polêmica. Independentemente da verdadeira explicação, se é que

existe uma única, o fato é que não se pode descartar a possibilidade de as escolas e/ou redes de ensino adotarem medidas que melhorem o fluxo e piorem o desempenho nos exames padronizados e vice-versa. Nesse caso, se a cobrança for restringida apenas aos indicadores de fluxo, ela pode incentivar os professores, diretores de escolas e gestores de rede a adotarem medidas que impliquem redução no desempenho médio dos estudantes nos testes padronizados, como, por exemplo, reduzir o padrão de aprovação. Por outro lado, se a cobrança for apenas sobre os scores dos alunos, o incentivo é o oposto, como, por exemplo, elevar o padrão de aprovação. (FERNANDES, 2007, p. 8).

Desse modo, é correto assegurar que há um grande risco de que as escolas se preocupem em elevar seu desempenho nessas avaliações e passem a aprovar alunos sem que estes estejam aptos para avançar em seus estudos. Isso poderia causar um efeito totalmente contrário ao que a sociedade espera com relação à melhoria na qualidade da educação. Haveria sim, diversas escolas com altos índices, e alunos com péssimo nível de aprendizagem.

No ano de 2015, o Colégio Estadual do Campo Duque de Caxias, apresentou um elevado número de reprovações, conforme pode-se ver no gráfico a seguir.

GRÁFICO 1 - Resultados por Curso - Colégio Estadual do Campo Duque de Caxias – Ano de 2015



Fonte: Elaborado pela autora.

Na Atividade Complementar o que predominou foi a desistência. Os alunos iniciam, mas logo desistem desse tipo de atividade. Talvez isso ocorra pela falta de atratividade, aulas pouco interessantes, atividades que não chamam a atenção dos alunos para que se sintam realmente parte daquele projeto.

Como a maioria dos adolescentes gosta muito da prática esportiva, esse projeto sempre apresenta grande êxito, é o mais frequentado e há poucas desistências.

No Ensino Fundamental pode-se observar que houve bastante reprovações, e mais ainda, muitas aprovações por conselho de classe, o que significa que esses alunos não obtiveram o rendimento necessário para passar por desempenho próprio.

No Ensino Médio também ocorre o mesmo fato. Muitas reprovações e várias aprovações por conselho de classe. Também evidencia-se a questão da desistência nesta etapa de ensino.

Nos cursos do CELEM (Centro de Línguas Estrangeiras Modernas) é bastante expressiva a questão da desistência. Muitos alunos abandonaram o curso após um longo período em que a professora permaneceu em greve.

A participação da família na escola deixa muito a desejar. Há grande dificuldade com a efetiva participação dos pais na vida escolar dos filhos. Este pode ser um fator relevante para o resultado que o colégio tem apresentado. Outro fator importante é que as turmas são bastante numerosas, dificultando um trabalho individualizado. Ainda há a questão dos profissionais que na sua grande maioria possui vínculo PSS (Processo Seletivo Simplificado), dessa forma acontece grande rotatividade.

Após análise de todos estes dados, fica evidente que nem sempre um colégio com amplos recursos, com boa estrutura física e material, é também aquele que oferece melhor qualidade de ensino. Fica evidente que além de uma boa estrutura física e material, existem outros fatores primordiais para se obter o sucesso na aprendizagem. O número de alunos por turma é fator importante no que diz respeito à aprendizagem. Em uma sala superlotada, o professor não consegue atender as especificidades de cada um. Outra questão fundamental ao sucesso escolar é a participação da família. Família e escola devem caminhar sempre juntas.

Outro fato a ser considerado é que independentemente do meio em que se vive, todos são capazes de aprender, o que vale é o esforço, o apoio e o incentivo de todos os envolvidos no processo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sucesso de uma escola é medido pelo desempenho de seus alunos. Se os alunos, cada um no seu ritmo, conseguem aprender continuamente, sem retrocessos, a escola cumpriu o seu papel. Se os alunos são frequentadores assíduos das aulas, seguros de sua capacidade de aprender e interessados em resolver problemas que os professores lhes propõe, ela está cumprindo o papel de torná-los pessoas autônomas, capazes de aprender pela vida toda. Se os alunos estão sabendo ouvir, discordar, discutir, defender seus valores, respeitar a opinião alheia e chegar a consensos, ela pode se orgulhar de estar formando cidadãos. E, mais que tudo, se ela conseguir oferecer uma educação de qualidade para todos, certamente é uma escola de sucesso.

Esse sucesso, entretanto, é uma construção que se faz por meio da participação e da gestão escolar. Depende da participação de toda equipe escolar e de uma gestão democrática ativa e atuante. A equipe precisa trabalhar a concepção da escola que desejam implementar e, de acordo com essa concepção, como se definirá o projeto pedagógico da escola e o trabalho pedagógico de todos os profissionais da educação que atuam nessa escola, de maneira a promover a aprendizagem contínua dos alunos. Compete a comunidade escolar discutir e implementar formas de avaliação, não só para cumprir exigências legais como para responder à necessidade que cada escola tem de obter um diagnóstico de sua atuação, para que possa reforçar seus pontos fortes e corrigir seus rumos, quando necessário.

APPLE e BEANE nos ensinam que “ o significado mais poderoso da democracia não é formado pela capciosa retórica política, mas nos detalhes da vida cotidiana” (1997, p. 154). Isso significa levar a sério as realidades do desenvolvimento do currículo, do ensino, da avaliação e da vida dos estudantes e dos professores que precisam participar, cooperar para que as escolas realmente funcionem. Dizer que as pessoas estão comprometidas com estas questões pode parecer uma reafirmação do óbvio, mas é necessário cultivar este compromisso e desenvolver essa “cultura do nós” para que se possa, efetivamente, construir uma gestão democrática na escola.

Para isso, faz-se necessário construir uma gestão da educação que perpassa, democraticamente, todos os espaços escolares e propiciar uma educação que forme o cidadão e seja significativa para a vida. Uma formação para a cidadania, resultado da participação de todos os envolvidos: professores, alunos, funcionários, famílias e todos os responsáveis por uma “ação” que se desenvolva na e para a escola.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADAMUZ, R.C. **AVALIAÇÃO** **EDUCACIONAL: UMA REFLEXÃO**

<http://www.unopar.br/portugues/revfonte/artigos/7avaliacao/7avaliacao.html>.

Acesso em 26/11/2013

ALAVARSE O., BARVO M. H., MACHADO, C. **Avaliações Externas e Qualidade na Educação Básica: Articulações e Tendências.** Est. Aval. Educ.

São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12-31, jan./abr. 2013.

APPLE, M.; BEANE, J. **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997.

BARBOSA, M. <http://revistaescola.abril.com.br/p> acesso 04/05/2016

BONAMINO, Alicia *et al.* **Avaliação de políticas Educacionais**. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. PRADIME: Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação/Ministério da Educação.

Secretaria de Educação Básica – Brasília- DF. Ministério da Educação:

2006.(cadernos de textos; vol 1).

CURY, C. R. J. **Legislação Educacional Brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro:

DP&A, 2006.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. **A Qualidade da Educação: Perspectivas e Desafios**.

Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Série Documental. Textos para discussão, Brasília, v. 24, n. 22, 2007.

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**.

Brasília: Instituto Nacional e Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro:

Nova Fronteira, 1999.

FLACH S. F. **Avanços e Limites na Implantação da Qualidade social da Educação na Política Educacional de Ponta Grossa- Gestão 2001-2004**.

Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba: Universidade Federal do Paraná- UFPR, 2005.

FRANCO, C.; ALVES, F.; BONAMINO, A. **Qualidade do Ensino Fundamental**: políticas, suas possibilidades e seus limites. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007.

FRANCO, C.; ALVES, F.; BONAMINO, A. **Qualidade e equidade em educação**: reconsiderando o significado dos fatores intra-escolares. Ensaio- Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, n. 55, 2007.

INEP- **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Brasília, DF, 2011.

IBGE-**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasília-DF, 2013.
LIBÂNEO, J. C. **Educação Escolar**: política, estrutura e organização. 5 ed. São Paulo. Cortez, 2007.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem Escolar**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MEDEL, C. R.M. **A Avaliação da Aprendizagem nos Dias de Hoje**.
http://sitededicadas.ne10.uol.com.br/art_avaliacao.htm . Acesso em 26/11/2013

OLIVEIRA, R. P.; ARAUJO G.C. **Qualidade do ensino**: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação*. Jan /Fev /Mar /Abr 2005 Nº 28.

PARO, V. H. **Gestão Escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo. Ática, 2001.

VIEIRA, S. L. **Educação Básica**: política e gestão da escola. Brasília: Líber Livro, 2009.